



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, SEGUNDA, EM 13 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Lázaro Dumont.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 80/79

Curitiba, 06 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 03 de maio de 1979, entre o Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o n.º 851/79, do Senhor Cleom Guatimozim, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no qual encaminha a este Poder, cópia de moção de autoria do Vereador Clóvis Brum, aprovada pela Comissão Representativa daquele Legislativo, nos seguintes termos:

Isto posto, sugerimos as seguintes Emendas ao Projeto de Anistia ora tramitando nas Casas Legislativas:

a) Que todo o cidadão, civil ou militar, que tenha demitido, aposentado ou transferido para a reserva, com base em Atos Institucionais, no período de 1964 a 1978, seja reintegrado, ou aposentado ou transferido para a reserva com as vantagens a que teria direito como se no exercício da função pública, ou na ativa, estivesse no período supra citado.

b) Que a Anistia seja ampla e geral, atingindo a todos os brasileiros que foram punidos com base nos Atos Institucionais. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 38/78.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ PICOLLI, ocorrido em Concórdia - Santa Catarina, o extinto era filho do Sr. OLÍMPIO PICOLLI e Dona GENROSA PICOLLI, nascido em Erechim - RS, no dia 07 de abril de 1942. Era casado com dona Shirlei Terezinha Sordi Picoli, que fica a prantear sua morte juntamente com seus três filhos: Luiz Fernando, Olímpio Marcelo e Patrícia Helena.

Foi Presidente da Associação Cascavelense dos Estudantes (ACES); em 1967, iniciou suas atividades no TUIUTI; posteriormente (em 1969) foi eleito Vereador pela ARENA; e, no mesmo ano foi escolhido "o homem de Expressão", pelo jornal "O Estado do Paraná"; TV Tibagi e Rádio Colméia, qual também o escolheu como o "Homem Público"; em 1972 foi reeleito Vereador, sendo o mais votado; em 1975 foi eleito Presidente do Legislativo Municipal, cargo que ocupou até meados de 1977, em 1976 foi eleito Presidente do I Encontro Paraná-Amazonas, realizado em Manaus, em 1977 promoveu e realizou o Festival Regional da Canção Popular, deixando de lado temporariamente a política, à qual retornou em 1978 para disputar uma vaga na Assembléia.

Além de político, era líder no campo social e cultural e com o seu desaparecimento trágico e inesperado chocou a população de Cascavel na qual deixou somente amigos e admiradores.

Solicita, uma vez aprovado o presente, que se dê ciência à família enlutada, bem como à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento ocorrido em data de 10 p.p. do Sr. ISRAEL VIGO DA SILVEIRA, figura emérita e muito querida no seio da cidade de Cascavel onde foi um dos pioneiros.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUEREM a Vossa Excelência, a consignação em ata, nos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento dos Srs. LUCÍLIO DE HELD, JAIRO CORREIA e ULISSES RODRIGUES ALVES, ocorrido ontem, em trágico acidente aéreo, na cidade de Guaíra.

LUCÍLIO DE HELD, deixou sua marca de colonizador não só em Londrina, mas em várias cidades paranaenses como Terra Roxa, Cidade Gaúcha, Alto Paraná e Alto Piquiri, sendo um dos pioneiros na colonização deste Estado.

Outrossim, após aprovado este requerimento, solicitam seja dado conhecimento do mesmo às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(aa) FIORI LUIZ

JOSÉ TAVARES

DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento ocorrido em data de 11 próximo passado do Sr. LUIZ PICOLLI, ex-Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, figura emérita e muito querida no seio da cidade de Cascavel, onde prestou relevantes e inesquecíveis serviços.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Lucílio de Held, Ulisses Rodrigues e o piloto Jairo Correia, vítimas do lamentável acidente aéreo ocorrido no dia 13 p. passado em Guaíra.

Lucílio de Held, uma das vítimas, muito fez pelo Paraná, pois como colonizador fundou as cidades de Terra Roxa, Alto Paraná, Altamira e Cidade Gaúcha, bem como foi incorporador de diversos loteamentos em Londrina e nas praias do Paraná. Foi uma perda lamentável para o Paraná, mas muito especialmente para Londrina, onde o extinto tem grandes amizades.

Requer, ainda, que se dê ciência aos seus familiares e à Direção da CODAL - Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural de Londrina.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento dos Senhores LOTÁRIO GRESS BRESCHELL e LOACIR GUEDES, piloto e co-piloto, em lamentável acidente aéreo ocorrido ontem, na cidade de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pro-

fundo pesar pelo falecimento do Sr. LUCÍLIO DE HELD, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, ocorrido ontem, na Cidade de Guaíra em lamentável acidente aéreo.

Fundador de várias cidades em nosso Estado, LUCÍLIO DE HELD, dedicou sua vida ao engrandecimento de Londrina e do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no último dia 11, ocorrido em Concórdia, Estado de Santa Catarina, do Sr. LUIZ PICOLLI, vítima de acidente de trânsito.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento do Sr. LUIZ PICOLLI, vitimado por uma acidente de trânsito, ocorrido no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. Conhecido líder político e social de Cascavel, LUIZ PICOLLI desenvolveu atividades das mais relevantes em benefício da comunidade cascavelense o que fará com que sua imagem seja lembrada na história do município. Em sua vida pública foi inicialmente Presidente da Associação Cascavelense dos Estudantes, iniciando sua vida política no ano de 1969, quando foi eleito Vereador pela ARENA, sendo escolhido, no mesmo ano "O Homem de Expressão" e "O Homem Público", pelo jornal "O Estado do Paraná" e "Rádio Colméia", respectivamente. Em 1972 foi reeleito Vereador, sendo o mais votado do município; posteriormente foi eleito Presidente do Legislativo Municipal. Tantas foram as atividades políticas, cultural e social, desenvolvidas por LUIZ PICOLLI, que o seu desaparecimento inesperado e prematuro chocou a população de Cascavel e ao Executivo do Município, que decretou luto oficial por três dias.

Perdeu o Município de Cascavel um valioso defensor de seus interesses e o Paraná um incontestável líder.

Sendo assim, solicitamos a consignação e envio de um voto de pesar à família enlutada, com os respeitosos pêsames.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulação pelo Jubileu de Prata da Instalação da Comarca de Cascavel, ocorrido em data de 11 p.p.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) David Cheriegate

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo ao Dr. Constantino Constantin e sua equipe de médicos cardiologistas, pelo êxito alcançado na realização, aqui em nossa Capital, da primeira dilatação da artéria coronária por intermédio de um cateter com balão.

Tal processo consiste na introdução pelo braço de um cateter especial que tem um balão de polivinil na ponta manipulado através de uma artéria no braço.

Requer outrossim, após aprovação do presente, dê-se conhecimento ao Dr. Constantino Constantin e sua equipe, no se-

tor de Hemodinâmica da Santa Casa de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, DD. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando seja instalado um POSTO DE SAÚDE, no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de FÊNIX.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix, conta atualmente com aproximadamente 2.000 habitantes, na maioria pessoas sem condições de se locomoverem até à sede do município onde existe Posto de Saúde.

Reformamos aqui a iniciativa do Vereador Cícero Vieira Feitosa que em 13 de março de 1978, fez idêntico pedido, sendo que até hoje não se tomou medidas a respeito.

Sabedores das dificuldades enfrentadas pela população rural, principalmente pelo momento difícil que a Nação atravessa, é de bom alvitre que o poder público se dedique principalmente à saúde do povo, daí nossa solicitação na instalação de um POSTO DE SAÚDE na localidade referida o que por certo viria beneficiar as famílias carentes que residem naquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo, através da Secretaria de Indústria e Comércio, solicitando informações a respeito do andamento das obras de desenvolvimento ao turismo no Município de PRIMEIRO DE MAIO, eis que existe um clamor muito grande da população em torno dessa obra.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente pedido, a finalidade, de informar à população do Município de Primeiro de Maio, a respeito do andamento das obras de desenvolvimento ao turismo, naquele município, de uma vez que, segundo temos sido informados, nada de concreto até a presente data, foi realizado nessa área. Como é do conhecimento de todos, Primeiro de Maio, foi um dos municípios mais atingidos pela inundação de grande parte de seu território, uma das regiões de terras mais férteis do País, com a construção da Usina de Capivara, no Rio Paranapanema. E, como forma de compensar esse prejuízo, em decorrência da inundação, o Governo resolveu desenvolver ali o turismo. E, como até a presente data, nada de concreto foi feito, tem o presente a finalidade de saber a real situação do empreendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. JOÃO MARCOS DA SILVA DD. Presidente do Conselho Regional de Economia da 6.ª Região, apresentando um "VOTO DE CONGRATULAÇÃO" pela passagem do "Dia do Economista".

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei n.º 1411 de 13 de agosto de 1951, estabeleceu-se no Brasil o "Dia do Economista", e é para nós motivo de satisfação nos congratularmos pela passagem deste dia, reconhecendo no Economista, um herói anônimo na luta pela grandeza de nossa Pátria, e nada mais justo cumprimentá-lo neste dia, que lhe é dedicado.

O Brasil no atual estágio de sua evolução, tem na laboriosa classe dos Economistas, a esperança de dias melhores, na solução de seus angustiantes problemas, daí o nosso desejo que esta Casa se manifeste dando o voto requerido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando informações, conforme as indagações abaixo discriminadas:

CONSIDERANDO QUE o Senhor Guataçara Borba Carneiro, de saudosa memória, defendeu bravamente o Paraná, exercendo atividades como Deputado, Secretário de Estado e Governador;

CONSIDERANDO QUE sua memória de paranaense ilustre deve ser preservada e respeitada;

CONSIDERANDO QUE o Brasil de hoje fala tanto em desburocratização, procurando evitar obstáculos causados pela própria estrutura de Governo,

PERGUNTO:

1 - É verdade que o Governo do Estado retirou 12 mil cruzeiros da conta bancária particular do Sr. Guataçara Borba Carneiro, dinheiro este depositado na agência Banestado Universidade?

2 - Caso a resposta seja positiva, qual a Secretaria que determinou a retirada e qual o motivo para esta atitude?

3 - Segundo familiares do falecido a importância hoje está reduzida a oito mil cruzeiros e até agora não foi possível sua retirada. Pergunto: por que a redução e quais os documentos necessários para a sua retirada?

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Fiquei surpreso ao tomar conhecimento das dificuldades que vem sofrendo a família do ex-Prefeito de Tibagi para retirar alguns benefícios que lhes são de direito. Paulo M. Carneiro, filho de Guataçara, para receber três mil cruzeiros do INPS ficou mais de um mês lutando em busca de uma série de documentação, desde atestado de óbito até uma declaração do cemitério onde ele foi sepultado, comprovando que o corpo efetivamente estava ali enterrado. Junto à Ordem dos Advogados - Paraná também o mesmo problema vem ocorrendo, para uma simples retirada do auxílio-funeral.

Finalmente, o filho do político esteve na agência Banestado para saber o saldo da conta do pai. Tinha 12 mil cruzeiros. Pediram uma série de documentos para a sua retirada. Quando ele conseguiu todos os documentos exigidos voltou ao banco, ocasião em que constatou o saldo em branco.

A afirmação do banco comunicou que o dinheiro fora recolhido pela Secretaria da Fazenda, porém funcionários daquela Pasta informaram que o dinheiro estava na Secretaria de Recursos Humanos. Na verdade o processo de burocratização continua bastante vivo, dificultando a vida de muitos brasileiros.

Fica a sugestão para a criação de um grupo de trabalho que possa desburocratizar o sistema de retirada de auxílio-funeral.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Está finda a

leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nomeou o Ministro Hélio Beltrão para tentar desburocratizar a máquina administrativa brasileira, temos a certeza estava tomando uma medida séria e que realmente merece atenções e aplausos. Sentiu Sua Excelência como sente todo o povo brasileiro, o drama que representa precisar-se de algum documento oriundo de órgãos do Poder Executivo. Hoje, temos dois pontos a abordar: o primeiro, a aplaudir a Diretoria da Polícia Civil e o Instituto de Identificação do Paraná, que partiu da última sexta-feira, estão deixando de exigir as publicações em jornais para a retirada de documentos em segunda via.

E outro ponto: ainda recentemente, semana passada, conhecido nosso teve de renovar a sua Carteira de Habilitação como motorista, uma vez que o prazo dado para a validade do seu documento havia se esgotado. Dirigiu-se ao DETRAN, no Tarumã. Lá lhe informaram que deveria pagar determinadas taxas e marcar o exame de vista para o período da tarde. Foi o que fez nosso amigo.

Voltou no período da tarde ao DETRAN. Seu exame foi marcado para as 17,30 horas. Terminado aquilo que no DETRAN “eles” chamam de exame, procurou o protocolo onde deveria deixar o resultado, para posteriormente lhe ser entregue novo documento. Isto aconteceu às 18,05 horas. O funcionário ainda estava lá, mas lhe disse que o expediente já estava encerrado e que somente no dia seguinte, após as 9,00 horas, poderia receber o resultado do exame, a fim de encaminhá-lo aos órgãos competentes.

Qual o recurso? Na manhã seguinte nosso amigo voltou ao DETRAN, entregou os documentos e lhe informaram que dali uns 30 dias, poderia apanhar a sua Carteira de Habilitação em ordem, atualizada.

Vejam, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o que acontece com o povo. Infelizmente obrigado a suportar esse tipo de entrave e mais, forçado a fazer quatro viagens do centro ao DETRAN. Além do tempo perdido, o gasto desnecessário de gasolina. Não poderia o DETRAN simplificar o processo? Não poderia o DETRAN manter no centro da cidade, como acontecia anteriormente a seção de exames de vista para fins de renovação de carteiras de habilitação? E, vejamos os Senhores, das turmas de 100 ou 200 pessoas que diariamente comparecem para este tipo de exame no DETRAN, pelo menos 70% vai com condução própria.

Quanto ao combustível desperdiçado, quanta gente revoltada, muitas vezes pelo mau trato e pela perda de tempo. Já era hora do Sr. Diretor daquele órgão tomar providências no sentido de tornar mais fácil a tarefa daqueles que infelizmente precisam do DETRAN para resolver problemas com os seus documentos ou veículos.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje para trazer a esta Casa um fato que reputamos deva ser analisado com bastante seriedade, por parte das autoridades governamentais do Paraná.

Alguns dias antes das eleições do ano passado, o então Governador do Paraná compareceu à cidade de Primeiro de Maio, acompanhado de assessores, com o objetivo de levar ao conhecimento da população daquele município, de que Primeiro de Maio seria ressarcida dos prejuízos causados à economia do município, em decorrência da inundação, fruto da construção da Usina de Capivara, no Rio Paranapanema.

E como todos sabem, Primeiro de Maio é o município

que possui as terras mais férteis do Paraná, e antes do inundamento de uma área imensa de terras cultiváveis naquele município, Primeiro de Maio era um município pujante, um município composto de um número muito grande de pequenos agricultores, onde a economia era realmente uma economia satisfatória para a sua gente.

Mas, em decorrência de interesses quem sabe maiores, por parte do Governo de São Paulo e do Paraná. Foi construída a Usina de Capivara na divisa de Paraná com São Paulo, e um dos municípios quem mais sofreu com a sua construção, evidentemente, foi o Município de Primeiro de Maio.

Mas o Governo do Paraná, entendeu que, como forma de cobrir prejuízos em decorrência das inundações, entendeu que o desenvolvimento ao turismo seria a melhor forma.

E levou através da PARANATUR àquele município, um projeto, um plano de obras que visasse o desenvolvimento do turismo naquela região. E isso aconteceu exatamente poucos dias antes das eleições, e vindo agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma visita que fizemos neste fim de semana àquele município, contactamos com o clamor geral da população que indaga do Governo do Estado, se efetivamente, aquela promessa feita à época de eleição será ou não cumprida na sua totalidade. A PARANATUR se comprometeu publicamente na presença inclusive do então Governador, de construir ali, piscinas públicas, “play-ground”, e outros melhoramentos, outras obras turísticas visando o desenvolvimento do turismo naquela região, como forma de suprir os prejuízos causados pela inundação.

Em razão disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos enviando à Mesa, um requerimento dirigido à PARANATUR, solicitando informações a respeito do andamento das obras de desenvolvimento do turismo no Município de Primeiro de Maio.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas palavras, esperando que este douto Plenário, acolha este requerimento, que visa única e exclusivamente, prestar informações à população de Primeiro de Maio que exige do Governo do Paraná, uma satisfação, que exige uma atenção especial, em decorrência do sofrimento por que passa os seus municípios em razão da inundação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, terceiro orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

O Ministério está apresentando rombos, e choques entre os Ministros na luta pelo poder e pelo comando político. Um já caiu, Mário Henrique Simonsen e outras cabeças poderão rolar porque hoje se pode observar de maneira nítida e clara, de que existem dois Ministérios: um, o grupo do ex-Presidente Emílio Médici; outro, do grupo do ex-Presidente Geisel.

E nós estamos enviando à mesa um requerimento, cuja súmula diz o seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de TELEX ao Excelentíssimo Presidente da República, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, repudiando a provável indicação do Embaixador Roberto de Oliveira Campos, para ocupar o Ministério do Planejamento.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional tem divulgado, com destaque, a possível indicação do Sr. Roberto de Oliveira Campos para o Ministério do Planejamento, em substituição ao ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

A indignação de todo o País se deve às ligações do atual Embaixador com grupos estrangeiros.

Roberto Campos, já antes de 1964, era sócio da firma

Consultec, especializada em assessorar grupos alienígenas aos interesses nacionais. Quando Ministro do Planejamento do ex-Presidente Castelo Branco, contribuiu para entregar o minério de ferro brasileiro à HANNA; fez o convite para Daniel Ludwig investir no Brasil, e o projeto Jari é hoje um exemplo de "entreguismo", além de ter contribuído para a quebra do monopólio estatal do petróleo.

A simples alusão ao seu nome, para ocupar tão importante cargo, deixa toda a Nação perplexa e apreensiva, pois "Bob Fields", como é conhecido, tem sido um verdadeiro "testa de ferro" do capital estrangeiro."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Registramos, com satisfação, a presença em nossas galerias, do Sr. Sabino Deitos.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado João Elísio.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Túlio Zanchet.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Werner Wanderer.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num documento que há algum tempo chegou em nossas mãos, um grupo de bolivianos denunciava a chamada política trilateral, que, entre outras coisas, reservaria para os países do Hemisfério Sul, as indústrias poluentes. Este documento e a discussão em torno do assunto, tem se travado em diversos países. E agora mesmo no Equador, na semana passada, durante a posse do Presidente Roldós, o emissário americano reuniu-se com os representantes da Venezuela, da Colômbia e do Equador, numa reunião que confirma a idéia da política trilateral, constituída pela Europa Ocidental, pelos Estados Unidos e pelo Japão. E que reserva a estes Países da América do Sul a produção de alimentos, e as indústrias poluentes.

Mas não há necessidade de irmos até o Equador para vermos que esta política já está sendo adotada e já está sendo adotada no Brasil. E, dentro do Brasil, parece que dentro de uma política trilateralista, se reservou ao nosso Estado, ao Estado do Paraná, o papel de "cloaca" do Brasil.

Este é um Estado rodeado de poluição por todos os lados. A Celpa se encarregou de poluir o Tibagi. O igapó, dos homens de Londrina, está poluído; não se sabe ainda o que se fazer do resíduo do xisto e o xisto está para ser industrializado. A poluição do Klabin é algo de muito sério e que há muito tempo tem sido combatido.

O Tibagi dos pontagrossenses, está poluído; os rios do Oeste do nosso Estado, e do Norte do nosso Estado, estão poluídos pelos inseticidas; o Rio Paraná está associado pelas areias, graças à erosão do Noroeste do Estado.

O Rio Negro, uma outra multinacional se incumbiu de desaparecer até com os tribiais lambaris, do jornalista Hugo Santana; e já no Rio Negro não se pesca mais os tradicionais lambaris, porque uma multinacional - a Rigesa -, instalada em Três Barras, se incumbiu de poluir aquele rio.

Uma poluição mais grave se está fazendo no outro lado do nosso Estado, na turística Foz do Iguaçu, a poluição do homem; uma poluição social, resíduo de Itaipu, fará com que aquela cidade perca a sua condição turística; perderá a sua condição turística, porque a Foz do Iguaçu está reservado o pior papel; o papel provavelmente de maior centro de criminalidade deste País, porque os construtores de grandes obras nesta Pátria, esquecem do homem.

Nosso outro lado turístico, Paranaguá, a incúria dos governos tem feito com que Paranaguá, com que a Baía de Paranaguá esteja sendo açoriada pela ganância daqueles que,

na Serra do Mar, possuem terras e pela falta de autoridade do Governo, em instalar, realmente o Parque Marumbi.

O Paraná é um Estado poluído por todos os lados. Não bastasse Senhores, isso que já existe; não bastasse o plano maquiavélico da Brascan, subsidiária da maldita "LIGHT", está a poluir e irá poluir todo o Rio Iguaçu com a sua fábrica de papel a ser instalada aqui no Sul do Estado, onde grandes reflorestamentos em Rio Negro, Quitandinha e do lado de Santa Catarina, estão sendo feitas por aquela multinacional, agora o episódio, de uma outra, a Braskraft. Quem duvidar da poluição de uma indústria de Celulose, eu desafio, que fique quinze minutos na Vila Nossa Senhores da Luz, onde a poluição da Celpa, faz com que os homens já miseráveis que ali vivem, se sintam mais miseráveis. Desafio que parem seu carro, na estrada Curitiba-Araucária e que permaneçam quinze minutos em frente àquela poluidora fábrica de celulose. E por isso, depois que os mais cultos, os mais desenvolvidos paulistas, contrariando inclusive seus interesses e interesses das suas prefeituras, reuniram-se e num memorável documento impediram que a Brascraft, sem apresentar as condições para se instalar naquele Estado, de lá fugissem, eis que, os subdesenvolvidos paranaenses, tal qual aquela figura, muito bem tratada por Jorge Amado no seu livro "Tieta do Agreste", os subdesenvolvidos paranaenses, correm atrás da poluidora Braskraft.

Meus Senhores, o livro "Tieta do Agreste", escrito já há cerca de três anos, parece que foi escrito, graças a algum "ogum" que teria dado as virtudes visionárias para Jorge Amado. Porque, o livro, em seu todo, nada mais diz do que o que está ocorrendo em nosso Estado, desde as insinuações da imprensa, bem transcritas naquele livro; desde a maquinação dos políticos para que a indústria poluente saísse do Estado de Sergipe; desde a compra de políticos; desde a corrupção mais deslavada, está tudo no livro, e se repete no meu Estado, neste momento!

Esta Assembléia - e é bom que os novos saibam - ainda, no ano passado, aprovou por unanimidade, um voto de solidariedade aos Prefeitos do Vale do Rio Paranapanema que lutavam contra a poluidora Braskraft. E, agora foi esta mesma Assembléia que, enganada, acredito, votou contra um requerimento para que soubéssemos o que está ocorrendo nos bastidores do Governo, nas negociações com essa multinacional.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Apenas, nobre Deputado, para fazer uma correção - se me permite o termo, uma correção no que afirma Vossa Excelência, a bancada da ARENA não votou enganada a rejeição do requerimento. Já demos as explicações necessárias ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, autor do requerimento. Afirmamos a Sua Excelência, na oportunidade, que a SUREHMA, através de seus técnicos, estava estudando a proposta para a instalação dessa indústria, aqui no Paraná. Tão logo houvesse uma decisão, de bom grado a bancada da ARENA daria guarida, não só a um requerimento, no mesmo sentido, do nobre Deputado, mas a quantos requerimentos que fossem necessários, para que a nobre bancada da Oposição nesta Casa, cumpra com seu dever elementar que é a fiscalização dos atos do Governo.

Portanto, não votamos enganados, nobre Deputado, apenas estamos aguardando o pronunciamento técnico do Órgão da Secretaria do Interior. Todavia, queremos, nesta oportunidade, nos associar ao protesto que faz Vossa excelência. Apenas pedimos que Vossa Excelência não faça ilações entre o que ocorre em outros Estados, em matéria de corrupção para concessão de licença para instalação de indústrias poluentes. No Paraná, não ocorre isso, principalmente com o atual Governo. Se o órgão técnico da Secretaria do Interior, através de estudo abalizado, concluir pela licença de instalação daquela indústria no Paraná, certamente o fará calcado em dados incontestáveis, dados que virão a esta Casa para serem esmiuçados e

debatidos, na devida oportunidade.

Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me deu para prestar esses esclarecimentos, principalmente à bancada da Oposição.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte, nobre Líder da ARENA, e repetiria que quando afirmei que, provavelmente a bancada da ARENA estava enganada ao votar e sabendo dos esclarecimentos de seu Líder, o fiz porque, no dia seguinte à votação do requerimento, o Sr. Secretário do Interior vai à televisão e desconhecendo fatos que não poderia deixar de conhecer, pois afirmou de viva voz, na televisão, que a Braskraft não seria instalada em São Paulo, quando há um ano atrás esta Casa, inclusive foi chamada a se pronunciar a respeito. Quando houve uma movimentação, a nível nacional sobre a instalação daquela indústria em São Paulo, por não apresentar garantias, acho que os nobres Deputados da ARENA foram enganados, pois um dia após a rejeição do requerimento, já o Secretário do Interior dava o fato como consumado.

Apenas, é bom que se diga, iria receber ainda as garantias para que a autorização final viesse. Mas, Senhores Deputados, garantias de multinacionais, de indústrias poluentes, não existem, porque se existissem, o documento firmado pela CELPA, aqui em Araucária, a pedido do nobre Líder da ARENA, Luiz Roberto Soares, que não agüentando o cheiro que exala aquela indústria, certa vez, nesta mesma Assembléia, solicitou garantias de que lá seriam postos filtros. Essa garantia veio, mas o filtro não foi posto até hoje e o desafio fica, para quem lá agüentar ficar quinze minutos na frente daquela indústria poluidora.

Mas, Senhor Deputado Erondy Silvério, o problema se agrava e a semelhança com o livro de Jorge Amado é maior, quando vemos que um jornal desta Capital, na última sexta-feira, publica o seguinte:

“Brascraft paga viagem a técnicos da SUREHMA. A “Braskraft Indústria de papel e celulose, que não pôde se instalar em São Paulo, e agora tem praticamente sinal verde para a sua instalação no Paraná, financiará uma viagem, de técnicos da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, à Europa e Estados Unidos. Viajarão Armando Strambi, Superintendente da SUREHMA; Ivo Brand, Chefe do Serviço de controle de poluição e Linor Cavignano, Chefe do serviço de controle de qualidade da água.

A informação foi obtida por pessoa que revela bastante conhecimento das atividades da SUREHMA e que, no início do ano, sabia que a Braskraft mantinha contatos para se instalar no Paraná”.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. DENI SCHWARTZ — Acabando de ler, eu darei, com muito gosto.

“Na SUREHMA obteve-se confirmação parcial. Está prevista a viagem dependendo apenas da publicação em Diário Oficial, da licença para Armando Strambi e os técnicos se ausentarem do País. Não se sabe os motivos que levaram a Braskraft a financiar passagem e estada para a Europa e Estados Unidos, embora o denunciante garanta que seria apenas para um passeio turístico”.

Senhores Deputados. É altamente grave que essa semelhança com o livro Tieta do Agreste, de Jorge Amado, venha se confirmar em nosso Estado, porque aqui, Senhores Deputados, essa denúncia mostra que se procura nesse Estado, exercer o tráfico de influências, é assintomático que um assunto tão conturbado tenha sido resolvido tão às pressas.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas para lamentar que Vossa Excelência esteja tirando, novamente, ilações que não são verdadeiras. Vossa Excelência baseia-se no noticiário da imprensa onde não dá a fonte, onde não há confirmação, onde, diz-se

por aí, que os técnicos da SUREHMA serão financiados por uma companhia multinacional para uma viagem à Europa.

Tão logo li essa notícia, também confesso a Vossa Excelência que estranhei e me comuniquei com o Sr. Secretário do Interior que negou terminantemente o fato, e diz que se houver necessidade de uma viagem, para que, no resguardo dos interesses da gente paranaense, aquele órgão técnico se pronuncie efetivamente com base em estudos realizados em países mais adiantados, com relação a não poluição de meio ambiente, essas viagens serão custeadas pelos cofres públicos do Estado do Paraná, se devidamente autorizado pelo Governador do Estado, a viagem.

Portanto, quero afirmar a Vossa Excelência, que essa notícia não é verdadeira. Mas a bancada da ARENA estará vigilante nesta questão, posso afirmar a Vossa Excelência, que nós estaremos também na mesma posição da bancada do MDB, vigilantes. Porque não se admite efetivamente, que um órgão técnico do Estado tenha a viagem dos seus técnicos ao exterior financiada por uma companhia multinacional que realmente é interessada na instalação dessa indústria no Estado.

Quer dizer, partindo desse princípio, Vossa Excelência tem uma certa dose de razão. Mas quero assegurar a Vossa Excelência, se é que são verdadeiras as afirmações do Sr. Secretário do Interior, que essa viagem, se for realizada, será financiada totalmente pelos cofres públicos do Estado.

Era o esclarecimento que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado, Vossa Excelência, inclusive confirma aquilo que a nossa bancada tem procurado diuturnamente nesta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Não estou afirmando nada, apenas estou esclarecendo a Vossa Excelência que Vossa Excelência está partindo de uma premissa falsa, de uma notícia de jornal que não é verdadeira. Se essa viagem for autorizada pelo Governador do Estado, ela será totalmente as expensas do Tesouro Estadual. É esse o esclarecimento que quero fazer a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência me permita dizer que novamente Vossa Excelência vem confirmar aquilo que diuturnamente a nossa bancada tem procurado, nesta Casa: Esclarecimentos. E que infelizmente, no caso da Braskraft não conseguiu, e portanto, Sr. Líder da ARENA, não poderia este Deputado da Oposição saber fatos que Vossa Excelência soube. Mesmo porque no jornal de sábado e no jornal de domingo “O Estado do Paraná”, não li uma linha sequer do Sr. Secretário do Interior desmentindo a notícia. E há de convir comigo Vossa Excelência, de que a única maneira dos Deputados do MDB saberem das coisas tem sido através dos jornais. O Paraná todo, não apenas os Deputados do MDB, o Paraná todo neste momento está desconfiado com os técnicos da SUREHMA, porque não houve um desmentido. O desmentido nos jornais não houve. E por isso é apenas agora que esse restrito número de Deputados fica sabendo das intenções do Sr. Secretário do Interior.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Sr. Deputado Deni Schwartz, o Governo do Paraná regulamentou uma lei anti-poluição, diga-se de passagem em boa hora, elaborada pelo Deputado Ezequias Losso, com inteiro apoio desta Casa.

Seria muito interessante se nós Deputados pudéssemos saber se esta lei realmente foi aprovada para proteger o Paraná nos seus vários aspectos de poluição ou se é apenas mais um instrumento burocrático para a manipulação do próprio Governo, com o fito de enganar a opinião pública.

Seria portanto, muito interessante, nobre Deputado Deni Schwartz, se mais tarde o nobre Líder da bancada do Governo desse a esta Casa explicações sobre os reais objetivos do Governo, já que agora tem o instrumento que é esta lei, para pro-

teger a saúde dos paranaenses.

Entendo que não basta simplesmente dizer que a SUREHMA tem a responsabilidade de levar a esse combate, pois nem nós e muito menos a população delega tamanha responsabilidade à SUREHMA. Entendo que seria o momento mais do que oportuno, que a Liderança do Partido do Governo prestasse realmente alguns esclarecimentos, ou mais esclarecimentos a esta Casa a respeito desta lei que foi criada, que foi aprovada exatamente com o objetivo de proteger a saúde dos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Tavares.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Ilustre Deputado Deni Schwartz, infelizmente no que diz respeito à defesa do meio ambiente, o Governo do Estado do Paraná não tem autoridade moral para impedir a instalação de novas indústrias poluentes em nosso Estado. No que diz respeito a Braskraft a verdade é a seguinte e os jornais noticiaram, e desmentidos não houve, de que o Sr. Secretário da Indústria e do Comércio deste Estado havia procurado a Direção da Braskraft oferecendo o território paranaense para a instalação desta indústria.

E outro fato mais grave, quando digo que o Governo do Estado não tem autoridade moral para impedir isso, e que os próprios órgãos do Governo, que estão diretamente ligados e subordinados às decisões do Governo, são órgãos poluidores. É o caso da SANEPAR, a SANEPAR vem poluindo Londrina, está poluindo Guarapuava e jogando os dejetos do esgoto no Rio Cascavel. Então, que autoridade moral tem este Estado para impedir que indústrias poluentes se instalem no nosso território. Leis existem, mas nunca foram cumpridas. Nós temos o exemplo bem citado por Vossa Excelência no que diz respeito ao Parque do Marumbi, tem o Parque da Serra da Esperança onde se acham localizados os mananciais de água que abastece a Cidade de Guarapuava, temos um projeto de lei que perambula por esta Casa, há mais de um ano, neste sentido, para que lá se transforme num parque, numa reserva florestal.

E temos certeza, que se aprovado por esta Casa, será vetado pelo Sr. Governador do Estado, como vetado foi um projeto de autoria deste Deputado que pretendia incluir no currículo escolar, a matéria "Ecologia e Meio Ambiente".

Então é preciso que o Estado, o Governo, dê o exemplo. E esta minha intervenção nem de longe pretende justificar as indústrias poluentes que se instalaram, se instalem e irão se instalar neste Estado.

Mas é preciso que o Estado do Paraná, dê o exemplo, que faça com que a SANEPAR não polua rios como vem poluindo; está aí presente o caso de Londrina, e trago ao conhecimento de Vossa Excelência o caso de Guarapuava no caso do Rio Cascavel, que agora, depois de terminada as obras do esgoto, estão sendo lançadas neste rio, nas proximidades de Guarapuava. Era a informação que queria trazer a Vossa Excelência neste aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Deni Schwartz. Inicialmente, desejamos cumprimentá-lo pela manifestação de cuidado, com a preservação do meio ambiente em nosso Estado.

Realmente, nobre Deputado, quando resolveu esta Casa criar a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, órgão que tivemos a grande honra de presidir durante alguns anos, e do qual fazemos parte presentemente, tomou posição definida, idêntica à sua posição desta tarde, no sentido de lutar, em prol da ecologia ameaçada pelas diversas investidas das atividades econômicas em regiões consideradas muito importantes em nosso Estado.

E esta Comissão, no seu trabalho, verificou a inexistência do instrumento legal que desse condições tanto aos órgãos públicos, por seus representantes populares pudessem agir para prevenir os desastres que tantos prejuízos trazem à própria sociedade.

Desse trabalho resultou a lei a que se referiu o nobre Deputado José Tavares. Em função desta lei, já alguns decretos foram baixados, inclusive aquele que exige que as indústrias recolham as águas para seu uso, abaixo do ponto de lançamento dos seus resíduos, do seu esgoto. E está também para ser decretada mais uma parte, regulamentada aquela lei, realmente a mesma não está totalmente regulamentada ainda. E acreditamos que o Poder Público tomará as devidas medidas para que ela se torne exequível.

Por sua vez, Sr. Deputado, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente não está silente. Por sinal, tenho em mãos a convocação do Presidente para uma reunião amanhã, onde será debatido exatamente este assunto que Vossa Excelência está trazendo à tribuna da Casa.

E pretendemos, nobre Deputado, ouvir a nível de comissão, técnicos, prefeitos, para tomarmos uma posição a respeito deste momentoso problema. E creio, nobre Deputado Deni Schwartz, que através de planejamentos bem elaborados, poderemos harmonizar o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, com os interesses daqueles que se preocupam com a preservação do meio ambiente.

Tenho observado, por parte da SUREHMA, este interesse. Apenas queremos ter a confirmação, através do depoimento dos técnicos, do trabalho que eles vêm desenvolvendo neste sentido.

Era este o aparte que agradeço a Vossa Excelência, que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre orador que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão de seu pronunciamento. Entretanto, consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, pela sua permanência na tribuna.

O SR. DARCY DEITOS — Concedemos mais cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Vossa Excelência tem mais cinco minutos dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Ezequias Losso.

Fico satisfeito em saber que a Comissão de Ecologia desta Casa, irá estudar o problema.

Mas o que há necessidade de ser dito também, é que neste País de tecnocratas, há que se ter o respeito pela Casa do Povo. E não é mais admissível que os tecnocratas se reúnam, dêem as soluções, e nós, depois, fiquemos a remendar fatos, como estamos agora.

Há necessidade que se diga, de alto e bom tom, que este Estado tem dono! Que este Estado não pode ser a "cloaca" deste País. E, muito menos, as reservas das multinacionais! Não podemos ficar rodeados de poluição por todos os lados. Não podemos mais permitir que este Estado continue a ter manchetes nos jornais de outras cidades, de outros Estados. Porque aqui está a "Folha de São Paulo", fazendo críticas ao Governo de nosso Estado, por ter sido rápido em aceitar a solução brasfraftiana. Aí está a Braskraft poluindo o Sul, lá está a Braskraft a poluir o Nordeste e o Norte de nosso Estado. E, por isto, Sr. Deputado, há necessidade da participação popular, sob pena de que repetindo novamente o livro de Jorge Amado, nós precisamos de uma "Tieta" para resolver a situação. Talvez a "Tieta" e suas cabras, talvez venham, amanhã ou depois, a se levantar contra os todo-poderosos.

Concedo o aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado Deni Schwartz, nós

acompanhamos com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência e, aquilo que nós pensávamos a respeito do assunto, nós já falamos também, há dias passados, através da tribuna.

Gostaria de comunicar a Vossa Excelência que está na tribuna, e à própria Casa, que amanhã farei outro pedido de informações. Já fizemos aquele e, infelizmente, nós tivemos o nosso pedido de informações rejeitado pela bancada da ARENA. Mas já temos a confirmação, através de quem de direito, que possivelmente teríamos a aprovação de um requerimento para dirimir estas dúvidas que estão sendo levantadas por esta notícia que Vossa Excelência leu da tribuna. Porque, no meu entendimento, se a Braskraft irá financiar a viagem de seus técnicos da SUREHMA para que amanhã eles venham a dar um parecer a respeito da instalação da Braskraft aqui no Paraná, fica claro, para todo o mundo, que este parecer ficará sob suspeição. E aí a poluição não será somente da natureza, - como sabemos que a Braskraft irá fazer, mas a poluição seria também, aí, da própria administração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, para finalizar, quero fazer profissão de fé de que não somos contra a indústria; há necessidade de que o Estado tenha suas indústrias; mas há necessidade de uma discussão a nível de representação popular, para que erros não venham a ser novamente cometidos. Há necessidade de que os representantes do povo, digam a última palavra; porque se isso não ocorrer, a solução que vem de cima, apenas com interesses de impostos e de empregos, talvez então pudéssemos sugerir, melhor seria pegar uma multinacional e plantar maconha, ou cocaína ou coisa que o valha, que daria os impostos, os empregos e traria menos poluição, porque seria uma poluição individual.

Por isso, há necessidade deste Parlamento ser informado e há necessidade de se exigirem, daqueles que querem poluir o nosso Estado, as garantias; mas garantias reais, de que este Estado continuará sendo verde, como alguns pretendiam até há pouco, mas que poderá ser verde no futuro, poderá ser limpo no futuro, se nós desta geração, assim o quisermos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário restante ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A tão propalada crise do petróleo, que no Brasil para acobertar erros e desmandos dos homens que comandam o País de forma ditatorial, é cognominada de "Crise Energética", atinge, agora, parâmetros que devem ser investigados e denunciados em escala nacional. Isto, para que os ditadores da Nação não se aproveitem de uma situação específica e, unilateralmente, envolvam demais situações específicas pelo regime, comprometendo o futuro do País, como se fosse o petróleo, neste momento, o único responsável pela grave crise econômica, de reflexos inflacionários, por que passa a Nação, e não o desmoralizado "Modelo Econômico Brasileiro" e o ridículo "Milagre Brasileiro".

Trocam de posições os pelegos comandados pelo regime, apresentam os mais variados tipos de esquizofrenia tecnoburocrata, apuram as formas estilísticas do nosso vernáculo, com frases de efeito (Vou fazer deste País uma democracia; Ame-o ou deixe-o; Vamos encher a panela do povo; Eu te amo meu Brasil; Este é um País que vai prá frente e o "slogan" das multinacionais, "Brasil, o País do futuro").

Infelizmente, para nós brasileiros, avoluma-se o pacote de medidas casuísticas, inconseqüentes e até criminosas. Indesmentivelmente, está oficializada a CRISE DE INCOMPETÊNCIA, DA IRRESPONSABILIDADE, DA DESONESTIDADE E DA FALTA DE SERIEDADE!

A oposição tem combatido de forma sistemática, o

sistema que aí está, favorecendo a concentração de riquezas, a agiotagem oficializada, através dos bancos, atos de terrorismo policial e o arbítrio. São temas combatidos nas tribunas democráticas deste País, discutidos nas ruas e no seio da população. E o Governo, mais uma vez, rebate com "brilhantes decisões" e levanta a bandeira da "crise energética".

Previu-se para este mês de agosto, por exemplo, uma elevação de quarenta e cinco por cento dos derivados do petróleo, por força do reajuste decidido pela OPEP, o que determinou a elevação dos custos dos transportes, alargando a faixa inflacionária e esvaziando ainda mais, o bolso do trabalhador.

Ora, para um País como este, diante da constatação desumana, da desigualdade de rendas, os efeitos terão diferentes sintomas sociais e já estão surgindo as "fórmulas milagrosas", para economia de combustível, diversas maneiras de se reduzir o consumo, exceto para o Presidente que, ou por ignorar ou por não acreditar na eficácia de tais medidas, continua queimando querosene com o seu jatinho presidencial, para assistir a partidas de futebol ou participar de churrascos ou ainda assistir corridas de cavalos.

Chegamos ao cúmulo de presenciar o Governo, anunciando medidas de racionamento de combustível, da necessidade de alternativas que possam restituir o equilíbrio financeiro dos cofres públicos, incentivos aos projetos de usinas de álcool, quando sabemos que a indústria automobilística nacional, somente este ano, despejará no mercado de vendas, mais de um milhão de novos veículos. Vale dizer, milhões de novos consumidores de gasolina. E aí é que a Nação fica perplexa, pois enquanto se fala em não emplacar veículos com mais de dez anos, as empresas estrangeiras multiplicam a produção. Ou está havendo um desencontro de posicionamentos ou uma intenção clara e evidente de favorecer as multinacionais, através da atuação do Sr. Mário Garnero, Diretor da Volks alemã, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, e eficiente testa-de-ferro das filiais dos trustes internacionais. É também, Presidente do Brasilinvest, um "banco de negócios", comandado por monopólios estrangeiros, para favorecer grupos do exterior. E o que é pior: o Sr. Mário Garnero, com este brilhante "currículo" entreguista, é membro da Comissão Nacional de Energia.

Ninguém desconhece que para a classe de menor poder aquisitivo, adquirir um automóvel, é a mesma de podermos ser auto-suficientes na produção de petróleo e nos darmos ao luxo de exportar.

Muito se tem falado na chamada "perda de poder aquisitivo" da classe média. E o que temos observado é a fixação distinta da classe rica, forte em poder aquisitivo, distanciada cada vez mais das outras classes. Pois neste País, a classe média ficou pobre, a pobre ficou miserável. Hoje, o dinheiro se concentra em poucas mãos: Governo, através dos impostos; Caixa Econômica, BNH, Multinacionais e Bancos.

Na classe mais abastada da população é normal verificar um, dois ou até três automóveis nas garagens, onde a renda familiar começa na faixa dos Cr\$ 40.000,00, e os gastos com combustível não ultrapassam dez por cento do orçamento doméstico.

Enquanto isso, o trabalhador de baixa renda, tendo uma família constituída de quatro membros ativos, que dependem exclusivamente dos transportes coletivos e cuja renda familiar dificilmente atinge Cr\$ 10.000,00, gasta, forçosamente, trinta e cinco por cento do orçamento em transporte. Isto mostra claramente, e são dados oficiais que, não basta somente elevar o preço dos combustíveis, acreditando-se numa retração do consumidor, pois a faixa de população, responsável por noventa por cento do consumo, além de pouco ou quase nada sentir, ainda tem uma folga em seu orçamento.

Como entender tais medidas? Pois aquele que é responsável pelo consumo e tem poder aquisitivo, é beneficiado,

enquanto o trabalhador, que não possui veículo próprio, não usa gasolina e depende dos transportes de massa, tem portanto, um estudo profundo e realista dessas consequências.

Hoje em dia, por mais absurdo que possa parecer, uma família com quatro pessoas que faça uma viagem de ônibus, por exemplo Curitiba-Londrina, gastará seguramente, vinte ou trinta por cento a mais do que uma família que faça o mesmo percurso, confortavelmente, de automóvel.

São os disparates. Os desencontros. Governar um País é algo muito mais sério do que se pensa.

Em 1.959, a revista mais importante do mundo sobre petróleo ("World Petroleum") dizia que as reservas mundiais eram "perecíveis em vinte e cinco anos". E o que é que o Brasil fez, a partir de 1.960, para se preparar para essa perspectiva?

Ainda em 1.959, na Câmara Federal, o Deputado Fernando Santana (PTB-Bahia), fez quatro discursos sobre o Sistema de Transportes do País, e dizia: "Os EEUU, com oitenta por cento da produção e noventa por cento das reservas mundiais de petróleo, e com a maior indústria automobilística, só transportam mercadorias de caminhão até 180 quilômetros. O Brasil, com petróleo e indústria mínimos, transporta de caminhão de Porto Alegre a Fortaleza" (Naquela época não estavam prontas a Belém-Brasília nem a Fortaleza-Belém, que agravaram a comparação). Ainda do Deputado Fernando Santana: "Esta Nação, quando for obrigada a corrigir as distorções de seu sistema de transporte, vai pagar os olhos da cara". Ele era Presidente da Comissão de Transporte e mais tarde seria cassado.

Hoje, a União Soviética que produz 12.000.000 de barris/dia de petróleo, faz apenas quatro por cento do seu transporte em caminhão. Os Estados Unidos, produzindo 8.000.000 de barris/dia, fazem vinte e cinco por cento. A Alemanha transporta de caminhão, apenas dezoito por cento. O Brasil, produzindo 180.000 barris/dia, faz oitenta e seis por cento de todo seu transporte em caminhão. Apelar para as dimensões continentais do País, seria atestar incapacidade.

O nosso Governo precisa se conscientizar de que é preciso encontrar alternativas para o transporte. E essas alternativas estão na ferrovia e na hidrovia. As estradas de ferro que tínhamos foram em grande parte paralisadas em 1.964, quando Juarez Távora assumiu o Ministério da Aviação do Governo Castelo Branco, onde o "entreguista" Roberto Campos planejava a "internacionalização" do Brasil. Esta denúncia é do jornalista Sebastião Nery, que acrescenta: "Somos um País cortado de rios e com uma costa imensa, do Rio Grande ao Amazonas. Por que não fazemos transporte marítimo? Construimos navios para os outros. E a relação consumo transporte? Caminhão transporta uma tonelada. Trem, quatro. Navio, nove. E insistimos em transportar oitenta e seis por cento de caminhão. A crise do petróleo é uma crise programada pela nossa própria incompetência.

O jornal "Folha de Londrina", do dia 24 de junho deste ano, no caderno 3, trouxe uma matéria: "Central do Paraná: UMA FERROVIA DE PAPELÃO QUE ESTÁ DESMORONANDO AOS POUÇOS. A Estrada de Ferro Central do Paraná, um dos carregadores de exportação, está desmoronando. Desde sua inauguração, em 1.975, barreiras caem, túneis estão ruindo e trens descarrilham. A estrada demorou vinte e seis anos para ser construída e custou Cr\$ 2.000.000.000,00. E agora, que vivemos uma contenção e falta de combustível, porque não economizar através do trem? A Estrada de Ferro Central do Paraná também sofreu as pressões das multinacionais, que dominam o mercado automobilístico do País. Os grupos estrangeiros não admitem que o Brasil busque fórmulas alternativas para o transporte. A Estrada de Ferro Central do Paraná é um exemplo vivo. As autoridades sabem disso. Mas como este País está dominado pelos estrangeiros, ninguém tem moral

de levantar a voz e criticar.

E o Governo continua massificando o povo com campanhas pela televisão que mostram as vantagens de se utilizar os transportes de massa. Mas nas atitudes que toma, vai justamente contrário à sua própria filosofia.

O General Charles de Gaulle, realmente estava certo: OBrasil não é um País sério!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Senhor Deputado Jurandir Messias, antes porém, registamos a presença em nosso plenário, do Sr. Alarico Cabral, Presidente do Partido Revolucionário Federalista, e Dr. João Granada, Secretário do mesmo partido e também do Sr. Anibal de Souza, Presidente Democrata Cristão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento desta Assembléia, foi fartamente noticiado, através de panfletos, através de notícias dos jornais desta cidade, quicá do Estado do Paraná, a passeata que haverá de se realizar amanhã, em Curitiba, em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, através do Comitê de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna para fazer uma denúncia, porque entendemos que a propalada passeata em prol da anistia, não se reveste de um cunho e caráter democrático, como temos certeza, era a vontade e o pensamento de todos, quer da ARENA, quer do MDB, porque entendemos, Sr. Presidente, que este projeto da anistia tem o respaldo de ambos os partidos.

São eles interessados para que, realmente, se conceda esta anistia, e assim entendendo, Sr. Presidente, já que o projeto foi encaminhado à Câmara e ao Senado, pelo Presidente da República, João Batista Figueiredo e que sofreu inúmeras emendas. Entendemos que há o interesse da Oposição, principalmente, para que haja esta anistia, mesmo que ela não seja irrestrita, mas que ela venha a acontecer e nós também assim o queremos e assim o desejamos. Não vemos o porque de não concordarmos com esta anistia; achamos ela por demais benéfica para a conjuntura atual política porque passa o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também entendemos que nela não deverá haver movimentos comunistas, movimentos terroristas, movimentos de esquerda. Porque ela não seria, Sr. Presidente, de total êxito. Ela seria e estaria manchada com a participação desses elementos.

Faria, Sr. Presidente, a leitura de um expediente na minha denúncia que venho fazer à Assembléia. (Lê):

"Curitiba, 3 de agosto de 1.979.

Ao Dr. Ivan Ribas, DD. Vereador de Curitiba

"Considerando as impugnações feitas por Vossa Excelência às preclaras figuras, entre outras, do ex-Ministro Amauri Silva e o advogado Edésio Franco Passos, impedindo que se filiassem no MDB. Considerando o papel que exerceriam dentro do partido das oposições brasileiras, principalmente o Dr. Edésio, como elemento de vanguarda deste Comitê, o qual levaria ao MDB as idéias socialistas que defendemos; considerando o desserviço que Vossa Excelência prestou à causa das esquerdas de Curitiba e do Paraná, principalmente neste momento em que lutam para derrubar o projeto de Anistia do Governo, decidimos excluir Vossa Excelência dos quadros do Comitê Brasileiro pela Anistia, de Curitiba, e considerá-lo pessoa não grata em qualquer ato provido por este Comitê.

Assina: Antônio Narciso Pires de Oliveira

Presidente do Comitê - com firma reconhecida no 8.º Cartório, desta cidade."

Lerei também, em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Carta-resposta do eminente Vereador Dr. Ivan Ribas.

"Pela presente, cumpre-me levar ao conhecimento de

Vossa Excelência, na condição de Vereador e segundo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Curitiba - Paraná, pela legenda do MDB, que na qualidade de membro do Comitê Brasileiro pela Anistia, e confirmando suspeitas anteriores recebi a carta, cujo xerox junto.

Antes de preocupar-me com a irreverência e a injustiça do texto, resalto o fato de que mesmo querendo e imbuído das melhores intenções, não poderia continuar pertencendo aos quadros da indigitada organização, pois como se depreende o que nós, mais avisados, não causa espécie. Trata-se de uma organização de cunho comunista, causa das esquerdas, ideais socialistas, o que divorcia totalmente de nossos ideais políticos e de nossa formação ideológica.

Na certeza de ter cumprido com o dever parlamentar e em obediência às regras partidárias, firmo-me atenciosamente, pela atenção que me foi dispensada, pelas atitudes que por certo este Diretório irá tomar a respeito.

Saudações emedebistas

Curitiba, 6 de agosto de 1979

Assina - Vereador Ivan Ribas

2.º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba.

Sr. Presidente, se fazemos esta denúncia, entendemos que a mesma, é por demais necessária, e queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta causa, seja conduzida da maneira que Brasília está conduzindo, que os homens da Câmara, do MDB, da ARENA, que o Presidente da República, que os Senadores estão conduzindo, ela está, Sr. Presidente, sendo totalmente desvirtuada da sua finalidade.

E sabemos que nesta Casa, principalmente, que todos os Srs. Deputados componentes, são homens de bem, são homens acima de tudo cristãos, são homens que procuram trazer aqui aquela imagem do bom democrata, do autêntico democrata. Não interessa, Sr. Presidente, se é da ARENA ou se é do MDB, porque eu dizia no início que a causa é nossa, a causa é da ARENA e do MDB. Passam-se quinze, quase dezesseis anos, Sr. Presidente, de uma revolução. E é por isso, que também achamos tarde, deveria isto já ter acontecido há anos atrás, a anistia. Mas já que o Governo assim entendeu, e assim também entenderam os homens da Oposição, de acatá-la, de recebê-la, acima de tudo, devemos, Sr. Presidente, fazer esta denúncia para que chegue ao conhecimento das autoridades competentes, para que se alguma coisa possa ser feita, evitada, possa ser extirpado deste meio, elementos comunistas, elementos esquerdistas, achamos conveniente, Sr. Presidente. Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Simplesmente, gostaria de aqui registrar que o Vereador Ivan Ribas, realmente foi atingido por atitudes da Direção do Comitê da Anistia, Curitiba, e em reunião da bancada do MDB, com a presença dos Diretores desta Organização, e pude então extravasar um pensamento pessoal e colocar o meu ponto de vista.

Ao que parece fui compreendido e inclusive entendi, na ocasião, que a anistia estava, naturalmente, desviando os caminhos a que se propunha, porque não pode interferir na vida íntima, partidária.

O Vereador Ivan Ribas é claro, ficou revoltado com o voto de repúdio que foi divulgado através da imprensa, e chocado porque foi um soldado sempre a serviço da anistia, e foi pisado pela própria Direção do Comitê, então ele chocado, passou a ficar revoltado com o fato, mas procurou colocar uma pedra em cima dessa situação.

Acontece que posteriormente, foi divulgada esta carta e em conversa pessoal que mantive com o Presidente do Comitê da Anistia, o Sr. Narciso, afirmou que a carta é falsa, que a assinatura não é verdadeira, e que inclusive ele já está providenciando a documentação para processar os responsáveis pela falsificação.

Então, fico apenas aguardando a definição e entendo a resposta do Vereador Ivan Ribas, como um desabafo desta carta do Líder deste Comitê de Anistia.

Faço apenas um apelo ao ilustre companheiro para que, se possível, me forneça uma cópia deste documento, para que eu possa então, também, pessoalmente, até xear esta autenticidade de assinatura junto ao cartório que reconheceu a firma. Então, solicito ao ilustre companheiro esta cópia ou o documento, deixando aqui esta colocação.

Apenas, o Vereador Ivan Ribas foi realmente injustiçado e, ao responder, acabou naturalmente por se atritar diretamente com a Diretoria deste Comitê Pró-Anistia. Esta é a história que ocorreu, mas assunto já discutido intimamente e partidariamente, dentro do MDB, onde realmente, é o local das discussões partidárias.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Mário Celso, poderei passar às suas mãos o xerox que me foi endereçado, porque a pessoa que me trouxe, pediu que não xerocasse. E eu assumi o compromisso moral de assim proceder. Mas, poderei passar às suas mãos, porque está com a firma realmente reconhecida, o cartório não iria reconhecer se não tivesse o cartão de assinatura do Sr. Antônio Narciso.

O Sr. Mário Celso — Pode ser falsificada.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Bom, mas Vossa Excelência já tem conhecimento.

Se Vossa Excelência afirmou que foi debatido, é porque realmente existe; só que ela não tinha sido trazida a público. Agora ela foi trazida, foi entregue a este Deputado, para que fizesse esta denúncia e levasse ao conhecimento...

O Sr. Mário Celso — Existia a extinção do nome, pelo menos da ficha do Vereador Ivan Ribas, do Comitê.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Concedo o aparte. Vossa Excelência tem um minuto, que é o tempo que me resta.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado, a gente só lamenta que os tempos nesta Casa sejam tão ínfimos para que possamos discutir os assuntos. A maior preocupação que tenho, no momento, depois de tê-lo ouvido com bastante atenção, é que amanhã, nesta passeata, em que os democratas do Brasil, aqui no Paraná pretendem fazer, estejam correndo o risco de uma repressão daqueles que sempre com o mesmo argumento de subversão, de infiltração comunista, praticam indefinidamente, todas as violências em nome deste desenvolvimento e segurança falsos que nós temos neste País.

Deixo aqui, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o nosso receio de que amanhã os direitistas, aqueles que não gostam da democracia, estejam lá, eles sim, a fazer provocação nestas lutas que todos os democratas têm obrigação de fazer.

E a minha maior dúvida ainda, é que esta abertura, nobre Deputado, que Vossa Excelência venha aqui a levantar dúvidas da participação da gente que têm idéias de esquerda, socialistas, mas esta democracia que os governantes deste País querem impingir ao povo brasileiro; é esta a anistia mentirosa que o Governo de Vossa Excelência está querendo impor a toda a Nação Brasileira?

Nós temos que deixar aqui as nossas dúvidas e as nossas preocupações.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Nobre Deputado, não somos contra a passeata, somos contra elementos comunistas, esquerdistas, socialistas, que irão participar desta passeata. Não somos contra, jamais; somos favoráveis à passeata. Até poderíamos participar da mesma, desde que, elementos como Antônio Narciso, fichado, Vossa Excelência não tem conhecimento, vou lhe trazer, fichado como comunista por diversas vezes; Antônio Narciso Pires de Oliveira, elemento fichado.

Agora lhe pergunto: Vossa Excelência teria condições de mandar um irmão, um parente, um filho seu, acompanhar uma passeata que, por certo, será comandada por um comunista? Vossa Excelência não tem. Como eu não tenho e todos não têm.

O Sr. Nilton Friedrich — Eu tenho sim. Vamos participar, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos) A Mesa lamenta, nobre Deputado, mas está esgotado o seu tempo na tribuna.

A Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. Osvaldo Nicoletti, Prefeito de Alto Piquiri.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 22/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que regulamenta a concessão de Bolsa de Estudos pela Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., com Substitutivo, por unanimidade, e da C.F., ao Projeto, por maioria. Em regime de urgência. — Aprovado o substitutivo.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 48/79, que aprova o Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do CODESUL e do BRDE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 55/79, que aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 57/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MEDIANEIRA, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 63/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio nº 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CÉRO AZUL, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 24/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que denomina "MISDEI MORESCHI" a estrada que liga Itambé - Floresta. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 66/79, de autoria do

Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 66/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS — ILES, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) RUBEN VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES, com sede e foro à Rua Asas, 35, na cidade de Londrina - Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo amparar e defender o educando surdo nos seus justos interesses e aspirações educacionais, sociais, morais, espirituais, e materiais, capacitando-o profissionalmente através de estudos de vocalização, leitura oro-facial, treinamento auditivo, estimulação precoce e escolaridade, a fim de que comunique-se com seus semelhantes, proporcionando, desta forma, a sua integração na sociedade.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. A ILES, por sua própria condição, justifica o presente pedido.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 66/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, o presente Projeto de Lei nº 66/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Instituto Londrinense de Educação de Surdos - ILES", com sede e foro na cidade de Londrina.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 69/79, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que altera as divisas dos Municípios de Maringá e Mandaguaçu, como especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 69/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A divisa entre os Municípios de Maringá e Mandaguaçu, nos termos do convênio de retificação subscrito pelos respectivos Prefeitos, passa a ser a seguinte:

"Inicia-se na foz do Córrego Camacua, subindo pelo Ribeirão Chapecó, até as divisas dos lotes números 24, 24-A, e 25, 25-A, segue por estas atravessando a PR-376, até a cabeceira dos mesmos numa estrada, seguindo por esta até as divisas dos lotes números 180 e 181, segue pelas mesmas até o Ribeirão Centenário, seguindo por este até o Ribeirão Atlântique, e segue por este até o Rio Pirapó".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Constituição Estadual, no Art. 119, que os litígios territoriais entre os municípios serão resolvidos mediante convênio ou plebiscito, na forma que a lei estabelecer.

A Lei Complementar nº 2, de 18/06/73, no parágrafo único do Art. 4º, permite os atos que interpretem linhas divisórias ou interdistritais necessárias à sua melhor caracterização, à luz de documentação geográfica mais acurada, desde que não acarretem a transferência de uma cidade ou vila de sua jurisdição territorial.

É o caso do presente projeto que por estabelecer, de comum acordo das autoridades competentes, as reais divisas entre os dois municípios, tem pleno conforto constitucional e legal, além da conveniência e oportunidade traduzidas pelo convênio.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 69/79**

PARECER:

O ilustre Deputado Basílio Zanusso, em atenção ao termo de retificação de divisas intermunicipais - Maringá e Mandaguaçu, subscrito pelos respectivos Prefeitos, devidamente autorizados pelas Câmaras Municipais, propõe este projeto de lei com a finalidade de definir as mencionadas divisas.

Os serviços de topografia de ambos os municípios realizaram o trabalho técnico, consubstanciado em Mapas e Memórias Descritivos, com o objetivo de eliminar dúvidas existentes quanto à caracterização de divisas entre Maringá e Mandaguaçu, a fim de por termo a dificuldades de ordem administrativa e censitária ora existentes.

Com a chancela das autoridades municipais constituídas e fundamentado em dispositivos expressos da Lei Orgânica dos Municípios - inciso IV, do art. 75, combinado com o Parágrafo Único do Art. 4º - o ato encontra suporte legal e, consequentemente, o projeto de lei - daqueles permitidos aos Deputados impulsionar, se ajusta integralmente às normas constitucionais.

Face ao exposto, o parecer é Favorável ao focalizado projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 71/79, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública o "Diretório Acadêmico Octávio Mazzioti", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 71/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO "OCTÁVIO MAZZIOTTI", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, além de prestar relevantes serviços aos seus associados na assistência efetiva aos estudantes comprovadamente desprovidos de recursos, mantém intercâmbio e colabora com outras congêneres, não distingue raça, cor, sexo, religião ou credo político.

Entendemos, portanto, que a referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consi-

deração dos ilustres Pares, esperando desta forma o seu apoio e consequente aprovação do presente plano de lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 71/79**

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente Projeto de Lei nº 71/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Diretório Acadêmico "Octávio Mazzioti - DAOM", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade, que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 76/79, de autoria do Deputado David Cheriegate, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres", da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1º Grau, da cidade de Corbélia. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 76/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES" da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente. Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração; está em regular funcionamento há mais de um (01) ano, e presta relevantes serviços à coletividade, notadamente que diz respeito ao bem estar assistencial e educativo do menor.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração dos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 76/79**

PARECER:

De autoria do nobre Deputado David Cheriegate, o presente Projeto de Lei nº 76/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres" da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Corbélia, neste Estado.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, e pela documentação anexa ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual

reguladoras da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Ezequias Losso, Relator

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Dr. Constantino Constantin, e sua equipe de médicos cardiologistas, pelo êxito alcançado na realização aqui na Capital, da dilatação da artéria coronária por intermédio de um catéter com balão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Picolli, ocorrido em Concórdia - SC. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Picolli, ex-Presidente da Câmara Municipal de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegae, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Israel Vigo da Silveira, ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL – (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)
32 Srs. Deputados responderam à chamada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Picolli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Vaduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Lucílio Held, Ulysses Rodrigues Alves e Jairo Correia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz, José Tavares e Del Ciel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Lucílio de Held, Jairo Correia e Ulysses Rodrigues Alves, ocorrido na cidade de Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Lotário Gress Breschell e Loacir Guedes, ocorrido na cidade de São Jorge D'Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lucílio de Held, ocorrido em Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser liberada verba de convênio PROSAFRA, firmado com o Município de Corbélia. —

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a leitura da súmula do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a leitura do requerimento.

(É procedida a leitura da súmula do requerimento)

Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 38/78. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro esclarecimentos sobre que projeto é esse, do que se trata, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deixa de por em votação para preatar informação ao nobre Deputado, e vai consultar o órgão competente.

O SR. DARCY DEITOS – Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, consubstanciado em pedido de informações, sobre quais motivos, a Prefeitura do Município de Assis Chateaubriand, deixou de receber, os valores que são atribuídos à cada município paranaense, como cotas-partes da cobrança da Taxa Rodoviária Única. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS – Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

13 Srs. Deputados aprovam;

18 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DNER, consubstanciado em pedido de informações, sobre quais os motivos que implicara nas súbitas reduções sofridas pela Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, nos créditos referentes à sua participação na arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional. — **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de conceder Gratificação de Produtividade para o cargo de Toxicologista no Instituto Médico Legal. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Junta Governativa do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução de uma ponte e dois pontilhões sobre o Rio Favela, e seus afluentes, no Município de Guaraniáçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos artigos publicados pelo historiador David Carneiro, em sua conceituada coluna “Veterana Verba” no Jornal “Gazeta do Povo”. — **Aprovado.** (Os artigos acham-se publicados no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário do Interior, para análise da situação de Londrina, e outros municípios, face a assinaturas de convênios, firmados com a SANEPAR. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam o requerimento; 18 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Diretorias das Empresas Transportes Aéreos Regionais S/A, - TRANSBRASIL S/A e Rio Sul Serviços Aéreos Regionais S/A, no sentido de que coloquem linhas entre as cidades de Paranaíba, Curitiba e São Paulo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa esclarece ao nobre Deputado Darcy Deitos, que o projeto, requerido regime de urgência, subscrito pelo Sr. Deputado David Federmann, refere-se, altera divisas do Distrito Judiciário de Piriquitos, Município de Ponta Grossa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada intermunicipal que liga o Município de Floresta ao Distrito de Santa Margarida, Município de Bela Vista do Paraíso. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocal telefônico na localidade de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, registrando seu protesto pela cogitação de nível ministerial, dispondo sobre a cogitação de não mais licenciarem veículos automotores, com mais de 10 anos de uso, bem como o envio de cópia do pronunciamento ao Sr. Ministro das Minas e Energia. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da reportagem denominada "Demissão é Festejada", publicada no jornal "O Estado do Paraná". — Aprovado. (A matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo Jubileu de Prata da instalação da Comarca de Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Regional de Economia da 6ª Região, apresentando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Economista". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, como o Governo do Estado retirou os doze mil cruzeiros da conta particular do falecido Sr. Guataçara Borba Carneiro. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à PARANATUR, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, no sentido de que informe a respeito do andamento das obras de desenvolvimento ao turismo no Município de Primeiro de Maio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, repudiando a provável indicação do Embaixador Roberto de Oliveira Campos, para ocupar o Ministério do Planejamento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão à Secretaria de Cultura e Esportes, e Prefeitura Municipal de Curitiba, sintetizada no aproveitamento do Parque Estadual do Marumbi para locar e acomodar os animais do Passeio Público de Curitiba. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 24/79.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 66/79, 69, 71 e 76/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 23/79, 38, 63 e 67/79.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, EM SESSÃO DO DIA ...

"DEMISSÃO É FESTEJADA"

A "notícia" da demissão do Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, foi recebida com entusiasmo por boa parte da classe política paranense. Antes mesmo de qualquer confirmação oficial, que acabou não vindo, vários Deputados se declaravam satisfeitos com a possível mudança no primeiro escalão do Governo Federal. O Líder da ARENA na Assembleia Legislativa, Deputado Erondy Silvério, apressou-se a atribuir a Simonsen a maioria dos males que atingiram a economia brasileira nos últimos seis anos.

O pacote econômico, do qual ele foi um dos principais idealizadores, atingiu todos os setores, menos aqueles que deveriam ser revistos em primeiro lugar, que é o bancário. Também deve ser atribuído ao Ministro do Planejamento a idéia infeliz de aumentar a Taxa Rodoviária Única. Hoje todos os segmentos sociais reconhecem o arrocho salarial em função de medidas que ele decidiu adotar, declarou. Para Silvério, a alteração pode revolucionar a economia nacional, mas só quando o "Presidente Figueiredo contrariar os interesses das multinacionais as coisas terão a transformação devida e necessária. Além de Simonsen, precisa sair mais gente".

ESTADO DE ESPÍRITO

Airton Cordeiro, também arenista, considerou a notícia "ótima, no mínimo para criar um novo estado de espírito e para abrir possibilidades de mudança no Ministério, tornando-o mais político. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade para se rever os conceitos de planejamento econômico do País.

As greves que aí estão aflorando em diversas partes do Brasil, têm muito a ver com a política econômica, pela sua repercussão social".

Já o emedebista Deni Schwartz, há longa data, um dos mais ferrenhos críticos da atuação de Sinomsen, viu no fato "uma derrota dos monetaristas". Considerando que do episódio pode sair fortalecido o Ministério da fazenda, disse esperar que este aproveite para por em prática "o que tanto tem apregoado, como a limitação dos juros bancários, a estatização dos bancos, enfim, uma política mais voltada para o povo do que para os banqueiros".

O importante agora, segundo o Deputado Renato Bernardi, do MDB, é saber se haverá modificação nos rumos da política econômica brasileira e se o Governo Federal adotará alguma fórmula definitiva para essa área: "A demissão de Mário Henrique Simonsen é muito semelhante à do professor Carvalho Pinto, do Ministério de João Goulart, em 1963. Oxalá a semelhança termine aí".

O líder da bancada oposicionista, Deputado Nilso Romeu Squarezi, abordou rapidamente o assunto durante um discurso que fez na tribuna da Casa. Fixando-se mais no problema sucessório, fez votos para que o Governo não desloque para o Planejamento o atual ocupante da pasta da Agricultura, Delfin Neto: "Se o ministro rechonchudinho substituir Simonsen, significa que os governantes estão por demais comprometidos com o capital estrangeiro".

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO Sr. DEPUTADO
RENATO BUENO, EM SESSÃO DO DIA
13 DE AGOSTO DE 1979.....**

"COMANDO DÍDIO COSTA

Há algumas figuras de grande relevo social e literário do Paraná que (seja porque motivo seja), ficaram à margem de críticas literárias mais profundas e de estudos biográficos dos mais sérios. Está neste caso, o Comandante Dídio Costa, figura de relevo indiscutível, que não se tendo preocupado em reunir em livro os seus escritos publicados, sob o pseudônimo de Herculano Mariz, só foi destacado em vida como brilhante oficial da Marinha de Guerra que era, mas não pelos seus escritos que, talvez tivessem sobrepujado o seu valor técnico, sem que houvesse chegado a merecer uma biografia pormenorizada e um exame minucioso de quanto escreveu ou ainda, a sua contribuição para a monumental história naval de Portugal e do Brasil para a qual grandemente concorreu no final de sua vida.

Duas pequenas biografias (que se repetem quase inteiramente) são tudo quanto conheço do ilustre vulto que tenderá a ser esquecido se na família alguém não houver colhido e colecionado sua bibliografia para publicação póstuma, com suas idéias e seus pensamentos literários.

Os dois escritos a que me refiro são a Galeria Paranaense de Sebastião Paraná, publicação de 1922 (pág. 346) e o Guarapuava, de 1928 (vultos de hoje, pág. 80), publicação de Leocádio Correia e Mário Olivero (ambos hoje livros raros e preciosos), contendo antes o seu "curriculum vitae" do que apreciações biográficas variadas.

Porque fui seu amigo e seu admirador, venho lembrá-lo por ocasião do centenário de seu irmão mais velho, Mário Costa, e embora sem dizer nada de essencial para reclamar essencialmente a falta de um estudo mais sério da obra de Herculano Mariz, aqui no Paraná ou no Rio Grande do Sul e

nas revistas do Clube Naval e a Marítima.

Nascido a 17 de agosto de 1881, em Guarapuava, ainda no final do século passado, estava matriculado na Escola Naval (10/IV/1899), depois de haver feito seu curso secundário aqui em Curitiba, no Ginásio Paranaense.

Guarda-Marinha de Dezembro de 1902, a sua ascensão natural foi rápida e já era capitão de corveta em 1926.

Homem bonito, insinuante, simpático, pareceria fácil uma carreira de brilho político. Também falando com desenvoltura duas línguas universais e tendo a polidez característica dos oficiais de marinha, pareceria natural que seus superiores o aproveitassem para missões no estrangeiro, mas estas só lhe apareceram em 1926, e depois em 1929, quando foi à Europa estando o país às vésperas da desastrosa revolução de 1930.

A esse tempo estava na gestão da Municipalidade de Paranaguá (1928-32), onde já havia estado também como comandante-diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros. Nesses períodos de sua vida, matava saudades da terra natal, e quando ia para o estrangeiro, como várias vezes foi, Estados Unidos, (permanecendo muitos meses no Brooklyn para reparo dos nossos encouraçados), na Europa e na África estaria tomando banhos de civilização ou visando adquirir termos de comparação com quanto o Brasil possuía de precário.

Era um patriota de profundas convicções, mas não tinha lirismos. Via as coisas claras e desejava o que de melhor pudesse haver como caminho ao seu país.

A única obra que publicou, foi em 1912, "Aspectos", livrinho extremamente raro hoje, e nunca teve a preocupação de coligir (para reunir em dois ou três tomos) os seus artigos publicados no Itiberê e nos jornais de Curitiba ou nas revistas do Rio.

Como oficial técnico possui diversas produções publicadas no Boletim do Clube Naval e como historiador algumas publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, mas aí elas, pela limitada tiragem, nem sequer tiveram a repercussão merecida.

Conheci e apreciei sempre o comandante Dídio, desde os meus tempos de Colégio Militar, pelo fato de ser tratado por ele como adulto e com toda a consideração. Com ele visitei o encouraçado São Paulo quando voltou dos Estados Unidos, e recebi informações a respeito da grande novidade da época, o "Fire control".

Quando me formei, em 1928, ele esteve presente à minha formatura e calorosamente me felicitou pelo discurso que proferi, comentando-o.

Era pois, malgrado a diferença de idade, um amigo mais velho, talvez de gostos semelhantes e de iguais inclinações.

Seus genitores, José de Santo Elias Affonso da Costa e Dona Júlia Guilhermina Caillot, teriam tido grande orgulho de todos os filhos, mas Dídio teria sido o do máximo brilho se não se aliasse à sua capacidade um excessivo rigor em suas auto-análises, impedindo que se propusesse em termos concorrentes. No ano do centenário do seu Estado, 23 de março de 1953, faleceu no Rio e por lá ficaram seus restos...

Pouco depois de ter o Dr. Cleon Costa chegado à minha casa e de nos aprofundarmos a falar na sua família (que eu tão bem conhecia de há setenta anos passados), fez-me referência ao centenário de seu pai, Mário Jordão Affonso da Costa (agora a 25 de julho), por coincidência no mesmo dia em que comemoramos o centenário do meu genitor.

Essa coincidência fez-me pedir-lhe o favor de ministrar-me alguns apontamentos para este artigo comemorativo, e logo estendi o meu pedido ao que dissesse respeito ao seu tio, Dídio Martym Affonso da Costa, a quem conheci e estimei muito, e cujo primeiro centenário somente daqui a dois anos comemoraremos.

Com extrema solicitude recebi o que havia solicitado, e hoje venho falar sobre Mário Costa, cidadão prestante e leal,

pessoa em quem seus chefes puderam, de olhos fechados, confiar.

Era filho de José do Santo Elias Affonso da Costa e de D.^a Júlia Guilhermina Caillot Affonso da Costa. Seu pai teve a curiosa idéia de colocar como segundo prenome de seus filhos, o do rio que passasse pela cidade em que nasciam, ou o que dela passasse próximo.

Porisso Mário, nascido em Guarapuava, teve como prenome complementar, Jordão, nome do rio descoberto por Afonso Botelho em 1771, e no qual (tendo caído por acidente) pôs o nome de Jordão, por alusão ao seu segundo batismo.

Veio menino de seis anos, aprender a ler em Curitiba, e somente em 1892 foi completar em Porto Alegre os seus estudos secundários.

Pouco depois da revolução federalista esteve de volta à terra natal, empregando-se no comércio. Conseguiu representações e foi vender no interior as suas mercadorias, até que novo arranjo o elevasse a chefe de escritório de duas firmas importantes: Fernandes Loureiro & Cia. e Cooperativa Florestal Paranaense, desenvolvendo brilhantemente as suas atividades produzindo extraordinários lucros para as firmas que dependiam do seu trabalho.

Era um excelente contador, e isso fazia-o solicitado para cargos como a secretaria do Centro dos Industriais de Mate e depois chefe de contabilidade da Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas, que foi a construtora do Porto de Paranaguá.

Sem tirar-se das suas funções junto aos industriais e empresários, terminou por encarregar-se de funções públicas como elemento que se fazia indispensável pela sua prudência e comportamento. Casado desde 1902 com D.^a Ercília de Almeida Faria, filha do Presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, os filhos começaram a vir, obrigando-o a multiplicado esforço que encarava com bonhomia.

As suas funções públicas se multiplicaram: foi diretor

do Departamento de Contabilidade da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio do Paraná, passando depois à tomada de Contas da Secretaria de Fazenda, hoje Tribunal de Contas do Estado.

Foi enfim Chefe do Gabinete da Secretaria da Fazenda nas gestões de dois secretários: Ângelo Lopes e Hugo Vieira. Na Secretaria da Fazenda, dada a sua enorme experiência e o seu conhecimento das coisas e das pessoas que a ela diziam respeito, pode multiplicar-se ocupando vários outros cargos e nessa faina homérica permaneceu, enquanto foi funcionário do Estado e até que lhe fosse concedida a aposentadoria.

Seus dez filhos constituíam os seus encantos. Eram três moças das quais apenas uma está viva e sete rapazes dos quais também três já são falecidos: Os dois mais velhos e o último. Poderia parecer que não tivesse dadas às suas funções burocráticas e o excessivo zelo que punha em todas as suas coisas ou que não lhe fosse jamais sobrar tempo para realizações intelectuais mesmo quando estas pudessem ter caráter estritamente prático.

As inclinações intelectuais da família toda sem dúvida teriam contribuídos para que nele se acordasse a vocação hereditária.

Escreveu primeiro um livro denominado "Paraná", vasta contribuição histórica da situação que, do passado chegava até o seu presente, do comércio e das incipientes indústrias do nosso Estado. Esta sua monografia foi dedicada às classes produtoras (antes denominadas conservadoras).

O outro livro foi resultado de uma conferência de Cereais, espécie de congresso realizado em Curitiba, em que apresentou sua tese, depois posta em volume sob o título de "Memórias sobre o Milho".

Desde jovem colaborou na imprensa local, respeitado por toda a gente, e homem útil até que chegasse a hora de despedir-se da vida, o que ocorreu em 23 de março de 1952, aos 73 anos de sua idade.